



**Simulado Final**

**TJCE**

**Oficial de Justiça**

**Pós-Edital**

# Simulado Especial

Simulado TJ CE – Oficial de Justiça – Pós Edital

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ CE;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJCE-Oficial-11-06>

- |                |                |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 60 – A B C D E |

**CONHECIMENTOS GERAIS****PORTUGUÊS**

Janaina Arruda

**Mais vale prevenir do que remediar**

Os dicionários trazem lições fundamentais, quanto ao justo sentido das palavras: costumam revelar o seu sentido de origem e o de seu emprego atual. Os provérbios também são esclarecedores: numa forma sintética, formulam lições que nascem do que as criaturas aprendem de suas próprias experiências de vida.

Veja-se, por exemplo, o que afirma o provérbio “Mais vale prevenir do que remediar”. Prevenir é “tomar a dianteira”, “antecipar”, tal como dispõe o dicionário. Uma palavra que serve de prima-irmã desse verbete é precaver: daí que preventes e precavidos seriam aqueles que preferem tomar medidas para não serem surpreendidos por fatos indesejáveis e incontornáveis. Nesse campo conceitual, a ideia comum é a valorização de iniciativas que se devem assumir para administrar o nosso destino até onde for possível. Sabemos todos, no entanto, que nem tudo se previne, e nem tudo tem remédio: vem daí outro provérbio popular, “o que não tem remédio, remediado está”. Como se vê, admite que nem tudo tem solução, ao passo que o provérbio que dá o título deste texto insiste em valorizar toda ação pela qual se busca, justamente, evitar a etapa da falta de remédio: prevenir.

Ainda caminhando pelos verbetes do dicionário e pelas falas dos provérbios, damos com a palavra providência, que tem o sentido comum de “decisão”, “encaminhamento”. Ocorre que se vier com a inicial maiúscula – Providência – estará fazendo subentender a ação divina, a expressão maior de um poder que nos rege a todos. Há quem confie mais na Providência divina do que em qualquer outra instância humana; mas é bom lembrar que há também o provérbio “Deus ajuda a quem cedo madruga”, no qual se sugere que a vontade divina conta com a disposição do nosso trabalho, do nosso empenho, da nossa iniciativa, para se dispor a nos ajudar. Não parece haver contradição alguma entre ter fé, confiar na Providência, e ao mesmo tempo acautelar-se, sendo providente.

A ordem providencial e a ordem providenciária podem conviver pacificamente, num sistema de reforço mútuo, por que não? A diferença entre ambas está em que a segunda conta com a qualidade da nossa gestão, de vez que seremos responsáveis não apenas pelo espírito de cautela que nos anima, mas sobretudo pelas medidas a tomar para que se administre no presente o que deve ser feito com vistas à garantia de um bom futuro.

(Júlio Ribas de Almeida, inédito)

**01.** No primeiro parágrafo do texto, é possível identificar

a) uma experimentação com o uso da palavra “dicionário” e “provérbio”

- b) uma narrativa acerca da história das palavras  
c) uma explicação sobre dicionários e provérbios  
d) uma propaganda acerca da leitura de textos  
e) uma justificativa para o uso correto das palavras

**02.** No segundo parágrafo do texto, considera-se que

- a) exista uma contradição entre provérbios sobre prevenir e remediar  
b) prevenir e remediar são termos usados como sinônimos  
c) a palavra prima-irmã em nada se relaciona com prevenir  
d) nem tudo tem solução, logo o provérbio estaria de prevenir estaria errado  
e) remediar é um termo depreciado se comparado com prevenir

**03.** No terceiro parágrafo do texto, verifica-se

- a) ideias contraditórias que se excluem mutuamente  
b) ideias paradoxais que, embora diferentes, se juntam para criar sentido  
c) ideias relativas acerca de Deus e da Providência divina, isoladas do todo  
d) ideias conclusivas sobre o cosmos e das relações de Deus com os homens  
e) ideias concessivas sobre as relações entre as palavras, sem coerência

**04.** Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) lições fundamentais (1º parágrafo) = tarefas irrelevantes  
b) dispõe o dicionário (2º parágrafo) = defende o dicionário  
c) Nesse campo conceitual (2º parágrafo) = Nessa seara de contraposição  
d) ação divina (3º parágrafo) = agitação dos deuses

e) espírito de cautela (4º parágrafo) = instinto precavido

**05.** Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e plena observância das normas de concordância na frase:

- a) Os dicionários trazem lições fundamentais acerca do sentido adequado dos termos.
- b) Ocorrem que, se vier com a inicial maiúscula, a ação divina estará subentendida.
- c) A ideia comum é a valorização de iniciativas sendo realizadas na esfera do entendimento.
- d) Sabemos todos, no entanto, que nem tudo se previnem, e nem tudo tem remédio.
- e) A ordem providencial e a ordem providenciária podem conviver pacificamente por anos.

**06.** Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Os provérbios existem com o intuito de trazer leveza ao pensamento, para que o homem não esteja perdido em divagações.
- b) Não devem haver dicionários engessados em relação à quantidade de sinônimos de seus termos.
- c) Pouco interessam que os provérbios não tenham tanta aceitação no meio literário.
- d) Prevenir e precaver são termos usados como sinônimos entre as falas populares.
- e) É possível que menas pessoas entendam o que dizem os provérbios.

**07.** Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Mesmo que o dicionário interviesse, não haveria erro no provérbio
- b) Se os pensadores não disporem-se à criar, quem irá nutrir nossa filosofia?
- c) Os provérbios seriam um problema, caso não lhes detêssemos a tempo de publicar.
- d) Os especialistas proporam uma mudança no vernáculo.
- e) Embora mantêssemos a publicação, o texto tinha erros.

**08.** A supressão da vírgula altera o sentido da frase:

- a) Os dicionários trazem lições fundamentais, quanto ao justo sentido das palavras
- b) Uma palavra, que serve de prima-irmã desse verbete, é precaver
- c) Nesse campo conceitual, a ideia comum é a valorização de iniciativas
- d) nem tudo se previne, e nem tudo tem remédio
- e) texto insiste em valorizar toda ação pela qual se busca, justamente, evitar a etapa da falta de remédio

**09.** O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:

- a) numa forma sintética, formulam lições que (**nascer**) do que as criaturas aprendem
- b) o provérbio que dá o título deste texto (**insistir**) em valorizar toda ação pela qual se busca
- c) a expressão maior de um poder que nos (**reger**) a todos
- d) Há quem (**confiar**) mais na Providência divina
- e) A diferença entre ambas (**estar**) em que a segunda conta com a qualidade da nossa gestão

**10.** Está clara e correta quanto à redação, e coerente com o sentido do texto, a seguinte frase:

- a) Deixar os termos no ar, é uma forma que cabem aos escritores.
- b) Ao comparar dicionários e provérbios, o autor ironiza esses termos.
- c) O autor deixa evidente as diferenças que fazemos com os provérbios.
- d) O ditado popular, de cujos os provérbios se baseiam, são comuns.
- e) Prevenir e remediar é escolhas claras entre cautela e resignação.

#### RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Carlos Henrique

**11.** A pedagoga de um colégio quis saber a preferência de seus alunos sobre três disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e Filosofia. Para isso, elaborou uma ficha em que cada aluno marcaria com um X quais disciplinas

eram de sua preferência, podendo marcar quantas disciplinas quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 alunos marcaram as três disciplinas, 50 marcaram as disciplinas Matemática e Língua Portuguesa, 48 marcaram Língua Portuguesa e Filosofia, 52 marcaram Matemática e Filosofia, 80 marcaram Filosofia, 78 marcaram Matemática e 82 marcaram Língua Portuguesa. Se todos os alunos marcaram pelo menos uma disciplina e preencheram somente uma ficha cada, então o total de alunos consultados foi:

- a) 417
- b) 390
- c) 117
- d) 286
- e) 142

**12.** Se minha casa não é azul, então o meu gato mia. Se minha casa é azul, então João não é feliz. Ora, João é feliz. Logo:

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
- b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
- c) a minha casa é azul e o meu gato mia
- d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
- e) se João é feliz, então o meu gato não mia

**13.** A negação da sentença: "A Terra é plana e Salim é turco" é:

- a) Se Salim é turco, então a Terra não é plana.
- b) Se Salim não é turco, então a Terra não é plana.
- c) A Terra não é plana e Salim não é turco.
- d) A Terra não é plana ou Salim é turco.
- e) A Terra não é plana, se Salim não é turco.

**14.** Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam das duas marcas.

**15.** Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.
- e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

#### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

**16.** Doquinha, depois que entrar em exercício no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sabe que precisará observar diversos princípios e valores fundamentais no exercício das atribuições do seu cargo. Entretanto, não pode ser apontado como um desses princípios

- a) o interesse público, a preservação e a defesa do patrimônio público, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a transparência;
- b) a honestidade, a dignidade, o respeito e o decoro;
- c) a qualidade, a eficiência e a equidade dos serviços públicos;
- d) a obrigatoriedade de estar à disposição do Tribunal sempre que necessário.
- e) o sigilo profissional;

17. No que se refere às distinções entre ética e moral, aponte a alternativa incorreta:

- a) A ética tem como objeto uma reflexão crítica da dimensão moral do comportamento social.
- b) A moral está diretamente relacionada aos costumes sociais.
- c) A ética é localizada e pode variar em razão dos variados grupos sociais.
- d) A moral é temporal, não podendo ser analisada como imutável.
- e) A palavra *moral* é proveniente do latim “*morales*”.

18. A resolução nº 08/2017 do Órgão especial do Estado do Ceará estabelece que

- a) é permitido ao servidor, desde que investido no cargo de Técnico Judiciário, exercer a advocacia.
- b) a instauração do processo de apuração de conduta vedada dependerá de provocação e terá rito sumário, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa.
- c) é permitido ao servidor prestar consultoria técnica à empresa que preste serviços ao Poder Judiciário do Estado do Ceará, mediante autorização escrita e fundamentada.
- d) os servidores que estejam respondendo a processo penal ficam impedidos de compor a Comissão Permanente de Ética e Disciplina, mas poderão compô-la, caso estejam respondendo a processo administrativo.
- e) configura conflito de interesse e conduta aética atuar, ainda que informalmente, como procurador de interesses privados nos órgãos ou entidades da Administração Pública.

19. De acordo com o previsto na resolução nº 08/2017 do Órgão especial do Estado do Ceará, relativamente ao processo apuratório, é correto afirmar que

- a) da decisão de ato contrário à ética caberá pedido de reconsideração à própria autoridade que proferiu a decisão, no prazo de três dias, a contar da data da ciência do interessado.
- b) a conclusão da apuração não excederá vinte dias, contados da data de instauração do processo, admitida a sua prorrogação por igual período.

- c) a violação das normas estipuladas nessa resolução acarretará as penalidades de censura ou advertência.
- d) o servidor convocado pela Comissão poderá recusar-se a prestar informações, desde que esteja assistido por advogado.
- e) caracterizada a infração ética, a Comissão procederá ao enquadramento do servidor, que terá, a partir de então, prazo de quinze dias para apresentar defesa escrita.

20. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará exerce competências delegadas do Tribunal Pleno e foi criado levando-se em consideração os desafios que qualquer grande tribunal possui de reunir a totalidade de seus membros para julgar os feitos de sua competência. A propósito, sobre o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará pode-se afirmar corretamente que

- a) é constituído por 25 Desembargadores.
- b) o Presidente do Tribunal, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, na condição de membros natos, compõem o Órgão Especial.
- c) do total de membros do Órgão Especial, nove são escolhidos pelo critério de antiguidade.
- d) não possui magistrado oriundo da advocacia.
- e) serão considerados suplentes, para igual período de 03 (três) anos, os desembargadores que não obtiveram votação suficiente para serem eleitos, na ordem decrescente da votação obtida

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. Ao dispor sobre as garantias de imparcialidade aplicáveis aos juízes, a CF no art. 95, parágrafo único, IV estabelece:

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:  
Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida;
- b) limitada e princípio institutivo;

- c) plena e aplicabilidade imediata;
- d) contida e aplicabilidade imediata;
- e) limitada e princípio programático.

**22.** Marcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.
- e) Márcio não poderá se candidatar ao cargo de Governador, uma vez que se trata de cargo privativo de brasileiro nato.

**23.** Em relação a organização do estado e a repartição de competências constitucionais, assinale a opção correta.

- a) Mediante lei ordinária federal, poderão ser fixadas normas para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com o objetivo de promover o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- b) O exercício da atividade legislativa relativa a direito econômico é realizado privativamente pela União em razão da repercussão federativa gerada pelo tema.
- c) Os estados e o Distrito Federal podem editar normas gerais de licitação que atendam às suas necessidades para contratação de obras de engenharia, desde que a iniciativa de lei seja reservada ao Chefe do Executivo.
- d) se o assunto for de predominante interesse nacional, a competência é da União, que legisla sobre os assuntos de interesse local, como recolhimento de certos impostos, serviços públicos, destinação de áreas públicas, denominação de logradouros, além de suplementar a legislação municipal e estadual naquilo que for possível.

- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

**24.** À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca da organização do Poder Judiciário,

- a) compete aos próprios Tribunais Regionais do Trabalho a iniciativa da elaboração de projeto de lei que disponha sobre planos de cargos e salários de seus membros, bem como de seus serviços auxiliares.
- b) todos os tribunais brasileiros devem observar a regra do “quinto constitucional”, que estabelece que um quinto de seus lugares será composto de membros do Ministério Público e da advocacia.
- c) um advogado ou um membro do Ministério Público que for nomeado desembargador de um Tribunal de Justiça somente adquirirá a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- d) lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- e) compete privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.

**25.** Referente ao Título VIII, da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- e) A gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

**26.** De acordo com a Constituição da República, para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou paz social atingida por calamidades de grandes proporções na natureza, o

- a) Congresso Nacional, a pedido do governador do Estado atingido e ouvido o Ministério Público Federal, poderá decretar a intervenção federal.
- b) Presidente da República, ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de defesa.
- c) Congresso Nacional poderá decretar, a pedido do Presidente da República e autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, estado de sítio.
- d) Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de calamidade pública.
- e) Conselho de Proteção Nacional, por solicitação dos Prefeitos e Governadores das regiões atingidas, poderá decretar estado de emergência.

**27.** Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Poder Legislativo,

- a) os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- b) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.
- c) compete privativamente ao Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- d) compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- e) os Deputados e Senadores são invioláveis penal, mas não civilmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

**28.** A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) a iniciativa legislativa de emenda à Constituição pode ser proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- b) É possível a edição de medida provisória que verse sobre direitos individuais ou sobre casos de inelegibilidade.
- c) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- d) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- e) O Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

**29.** O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- c) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei;
- d) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.



**30.** Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as funções essenciais à Justiça:

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
- d) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

**31.** No que tange a organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle hierárquico que a Administração Direta exerce sobre as fundações públicas é denominado controle finalístico.
- b) De acordo com o critério orgânico, a Administração Pública define-se como a própria atividade ou função administrativa.
- c) Os dirigentes das empresas estatais não estão submetidos à CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) Não é permitido que sejam criadas subsidiárias dos entes da Administração Indireta.

e) Em decorrência do princípio da reserva legal, por meio da lei específica poderá ser criada fundação pública, empresa pública e a sociedade de economia mista.

**32.** Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor.
- b) O direito de greve no serviço público reflete uma norma constitucional de eficácia limitada.
- c) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público deverão ser estabelecidos em lei.
- d) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.
- e) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, salvo quando se tratar de cargos acumuláveis na atividade.

**33.** Acerca de atos administrativos, é correto afirmar que:

- a) são elementos dos atos administrativos: forma, competência, motivação, objeto e finalidade.
- b) A presunção de legitimidade e veracidade não está presente em todos os atos administrativos.
- c) O ato composto é a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos para a formação um único ato.
- d) Alguns atos podem ser praticados sem a exigência de apresentação dos motivos que ensejaram a sua prática.
- e) Todos os atos administrativos gozam de autoexecutoriedade.

**34.** Assinale a opção que trata corretamente do poder de polícia administrativa.

- a) A punição de uma empresa particular que recebeu a delegação de um serviço público, mas que o esteja prestando de maneira deficiente, decorre do poder de polícia de polícia.
- b) Com base no poder de polícia administrativa, o Estado realiza a investigação de crimes e pratica atos para a instrução processual penal.

- c) O poder de polícia somente é exercido pelos órgãos de segurança pública.
- d) Embora possa ser aplicado repressivamente, o poder de polícia é dotado de uma natureza eminentemente preventiva.
- e) Dado o atributo da coercibilidade, as decisões adotadas pelo administrador público com base no poder de polícia podem ser executadas diretamente, sem necessidade, como regra, de intervenção judicial.

**35.** Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, independente da configuração de dolo ou culpa na sua conduta.
- b) O servidor que, no exercício da função, causar dano a um terceiro, poderá responder juntamente com o Estado na ação indenizatória, caso tenha agido com dolo ou culpa.
- c) Para a responsabilização estatal é irrelevante que a conduta tenha sido comissiva ou omissiva.
- d) A participação da vítima para a ocorrência do evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilização estatal.
- e) Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

**36.** Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, considere os seguintes itens.

- I- Não são abrangidas pelas disposições gerais da Lei nº 14.133/21 as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.
- II - Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

III- A partir da publicação da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá aplicar somente a referida lei, diante da revogação da Lei 8.666/1993 e da Lei 10.520/2002 - Lei do Pregão.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

**37.** Considerando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais predominantes acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.
- b) Lei complementar pode estabelecer hipóteses de controle legislativo sobre a atuação do Poder Executivo.
- c) O controle externo da administração pública é hierarquicamente superior ao controle interno.
- d) A autotutela assegura que a administração pública reveja seus atos, anulando-os, quando ela os entender como ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
- e) A supervisão ministerial exercida sobre os entes da Administração Indireta é exemplo de controle administrativo hierárquico.

**38.** Analise os próximos itens acerca dos serviços públicos e assinale a alternativa incorreta

- a) A Encampação consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- b) A transferência de concessão ou de controle societário da concessionária sem a prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.
- c) A declaração de caducidade da concessão poderá ser feita, dentre outras situações, quando a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
- d) A permissão de serviços públicos é formalizada por meio de um contrato administrativo, pelo qual a

Administração Pública transfere a execução de determinada atividade de interesse público a pessoa física ou jurídica.

e) A concessão e a permissão de serviços públicos devem ser feitas obrigatoriamente mediante licitação, na modalidade concorrência, requisito indispensável para a delegação de serviços públicos nesses casos.

**39.** Conforme as regras elencadas na Lei 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a alternativa correta.

a) As sociedades controladoras, controladas ou coligadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na lei anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

b) No âmbito do Poder Executivo federal, a Advocacia-Geral da União é o órgão competente para a celebração de acordos de leniência com as pessoas jurídicas infratoras.

c) Um dos requisitos para a celebração do acordo de leniência é que a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da celebração do acordo.

d) A celebração de acordo de leniência com a pessoa jurídica causadora do dano irá isentá-la integralmente das penas previstas na Lei 12.846/13, inclusive do dever de reparar o dano causado.

e) A lei anticorrupção aplica-se às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado.

**40.** Antônio, Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, recebeu, para si, diretamente, a quantia de dez mil reais de Orlando, advogado que possui diversos processos na Vara onde Antônio exerce suas funções. Conforme combinado entre eles, Antônio fez com que os processos desse advogado tramitassem com prioridade sobre os demais processos existentes nessa Vara, sem justificativa legal para tanto.

Consoante dispõe a Lei nº 8.429/1992, em tese:

a) Antônio praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública,

mas Orlando não cometeu improbidade porque é particular;

b) Antônio e Orlando praticaram ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos pelo período previsto na lei;

c) Antônio e Orlando não praticaram ato de improbidade administrativa, porque não houve efetivo dano ao erário, mas respondem na seara criminal;

d) Orlando praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas Antônio responde apenas nas esferas administrativa e criminal, porque é servidor público;

e) Antônio praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda dos valores acrescidos ilicitamente a seu patrimônio, mas Orlando não cometeu improbidade porque não é agente público.

#### DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

**41.** A respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657, de 1942 e suas alterações, assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se lei nova as correções de texto de lei já em vigor.

b) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que exercem suas atividades.

c) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

d) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

e) Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

**42.** A respeito dos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

a) Os direitos da personalidade são transmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

- b) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, ou reclamar perdas e danos, ou outras sanções previstas em lei.
- c) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, sem risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- e) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não haja intenção difamatória.

**43.** João resolveu vender sua própria casa, a fim de arcar com tratamento médico de sua esposa. Diante da necessidade e da urgência em levantar a quantia, João ofereceu sua residência pelo montante de 100 mil reais, embora o valor real de mercado fosse de 300 mil reais. José soube do anúncio e ofereceu 90 mil reais pela casa. João aceitou o valor oferecido, formalizando o negócio jurídico de venda. A situação narrada configura hipótese de:

- a) dolo, sendo o negócio jurídico anulável.
- b) dolo, sendo o negócio jurídico nulo.
- c) estado de perigo, sendo o negócio jurídico anulável.
- d) lesão, sendo o negócio jurídico anulável.
- e) erro, sendo o negócio jurídico anulável.

---

**DIREITO EMPRESARIAL**

---

Cadu Carrilho

**44.** Considerando as disposições do Código Civil acerca dos títulos de crédito, assinale a opção correta:

- a) O título de crédito é documento necessário ao exercício do direito literal nele contido e sua transferência implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.
- b) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval parcial.
- c) Nos títulos à ordem, aquele que paga o título está obrigado a verificar a regularidade da série de endossos e a autenticidade das assinaturas.

- d) São inválidos os títulos que contenham a cláusula de juros, a proibitiva de endosso, a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas, a que dispense a observância de termos e formalidade prescritas, e a que, além dos limites fixados em lei, exclua ou restrinja direitos e obrigações.
- e) O portador do título à ordem com série regular e ininterrupta de endossos será considerado o legítimo possuidor, desde que o último endosso não seja em branco.

**45.** A respeito das sociedades não personificadas, é correto afirmar:

- a) Os bens sociais da sociedade em comum respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que terá eficácia contra todos.
- b) Aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade anônima, e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.
- c) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob responsabilidade dos demais.
- d) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- e) A inscrição do instrumento da sociedade em conta de participação confere personalidade jurídica à sociedade.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

Ricardo Torques

**46.** Sobre a liquidação da sentença, assinale a alternativa correta:

- a) a liquidação não pode ser promovida a requerimento do devedor.
- b) a liquidação por arbitramento ocorre quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- c) na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
- d) quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor deverá promover a

liquidação por cálculos antes do cumprimento de sentença.

e) a liquidação não pode ser realizada na pendência de recurso.

**47.** O advogado que apresente nos autos procuração geral para o foro pode:

a) assinar declaração de hipossuficiência econômica.

b) receber citação.

c) propor reconvenção.

d) dar quitação.

e) desistir do processo.

**48.** Sobre a competência do juízo, assinale a alternativa correta:

a) caso a alegação de incompetência seja acolhida, o juiz deve extinguir o processo sem resolução de mérito.

b) a incompetência pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

c) salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

d) prorrogar-se-á a competência se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

e) a incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público.

**49.** De acordo com o CPC/2015, o órgão do Tribunal competente para fazer o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) é:

a) o Presidente do Tribunal.

b) o relator do incidente.

c) o órgão responsável pelo julgamento do processo em que instaurado o incidente.

d) o órgão competente para o julgamento do incidente, de acordo com o regimento interno.

e) o plenário do Tribunal.

**50.** De acordo com o CPC/2015, o órgão do Tribunal competente para fazer o juízo de admissibilidade do incidente de arguição de inconstitucionalidade é:

a) o Presidente do Tribunal.

b) o relator do incidente.

c) o órgão responsável pelo julgamento do processo em que instaurado o incidente.

d) o órgão competente para o julgamento do incidente, de acordo com o regimento interno.

e) o plenário do Tribunal.

### DIREITO PENAL

Priscila Silveira

**51.** De acordo com a Constituição Federal, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido. Tal afirmativa diz respeito ao princípio da:

a) individualização da pena.

b) bagatela imprópria.

c) intranscendência da pena.

d) intervenção mínima.

e) bagatela própria.

**52.** Acerca da aplicação da lei penal assinale a alternativa correta.

a) Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, mesmo que aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

b) Ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

c) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adota a teoria da ubiquidade.

d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

e) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, salvo se vier norma posterior mais benéfica, tendo em vista o princípio da retroatividade da norma penal em benefício do réu.

**53.** De acordo com a doutrina, trata-se de sinônimo de quase-crime:

- a) a tentativa imperfeita.
- b) o arrependimento eficaz.
- c) a desistência voluntária.
- d) o crime impossível.
- e) a tentativa perfeita.

**54.** Em relação às penas e seu cumprimento, considere os próximos itens.

I – O juiz deverá revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, ou for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, a pena que não seja privativa de liberdade.

II – As penas que correspondem a infrações diversas não serão somadas para efeito do livramento.

III – Um dos requisitos para a concessão de livramento condicional, é que o condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, cumpra mais da metade da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) Nenhuma das alternativas.

**55.** O homicídio será qualificado por conexão teleológica no caso de:

- a) o agente cometer o crime para assegurar a impunidade de outro crime.
- b) o agente cometer o crime para assegurar a execução de outro crime.
- c) o agente cometer o crime por motivo torpe.
- d) o agente cometer o crime para assegurar ocultação de outro crime.
- e) o agente cometer o crime para assegurar a vantagem de outro crime.

---

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

---

Priscila Silveira

**56.** A respeito de inquérito policial, assinale a assertiva correta.

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado nos casos de urgência.
- b) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da vítima.
- c) O inquérito policial é indispensável, devendo acompanhar a denúncia ou queixa.
- d) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- e) No relatório não poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

**57.** No que tange aos sujeitos do processo, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- a) tiver funcionado seu cônjuge como auxiliar da justiça.
- b) tiver aconselhado qualquer das partes.
- c) for administrador de sociedade interessada no processo.
- d) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- e) for devedor de qualquer das partes.

**58.** De acordo com as disposições acerca de citações e intimações previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado assim a ele como ao chefe de sua repartição.
- b) O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
- c) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 10 dias.
- d) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa.
- e) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

**59.** Segundo o Código de Processo Penal, a competência para a ação penal, caso

- a) não seja conhecido o lugar da infração, será estabelecida pela prevenção.
- b) seja hipótese de ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) seja um crime tentado, será fixada no lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- d) seja praticado estelionato mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- e) o réu tenha mais de uma residência, será estabelecida por meio do último ato de execução.

**60.** De acordo com o Código de Processo Penal, o arresto do imóvel poderá ser decretado de início e será revogado se não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal no prazo de

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.

e) 90 dias.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJCE-Oficial-11-06>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>